

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O escritório Vieira, Drigo, Vasconcellos e Paiva Gomes Advogados (“VDV”) possui, como um de seus principais valores, o respeito à privacidade de seus tomadores de serviços, colaboradores, parceiros, aos seus clientes em geral (“Você”) e respectivos dados pessoais. A presente “Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais” (doravante a “Política”) explicará a Você como tratamos os seus dados pessoais.

Ao utilizar os nossos serviços, poderemos tratar dados pessoais de sua titularidade, daí por que esta Política busca esclarecer as nossas práticas relativas à coleta, utilização, divulgação e tratamento em geral de dados pessoais de nossos tomadores de serviços, clientes e demais pessoas naturais que possam estabelecer alguma relação com o VDV.

Dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao nosso Encarregado de Proteção de Dados (*Data Protection Officer – DPO*), através do canal de atendimento: [gomes@vadv.com.br](mailto:gomes@vadv.com.br).

### 1. Termos gerais e conceitos

1.1 Para fins desta política e conforme previsto na Lei nº 13.709/2018, considera-se:

- i. dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, de modo que qualquer informação que viabilize a identificação de uma pessoa natural é considerada um dado pessoal;
- ii. dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- iii. dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- iv. banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- v. titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- vi. agentes de tratamento: o controlador e o operador;
- vii. controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, a exemplo do VDV;
- viii. operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- ix. encarregado ou DPO (*Data Protection Officer*): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- x. tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

- xi. anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, inviabilizando a identificação deste;
- xii. consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- xiii. bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- xiv. eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- xv. uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

## **2. Direitos do titular dos dados pessoais**

2.1. O titular dos dados pessoais, independentemente de sua posição em relação ao VDV, possui o direito de:

- i. Confirmar a existência acerca do tratamento dos dados pessoais;
- ii. Acessar os dados pessoais;
- iii. Corrigir dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Solicitar a anonimização, bloqueio, exclusão ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;
- v. Solicitar a portabilidade de seus dados a outro fornecedor ou produto, desde que siga os parâmetros indicados pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados);
- vi. Requerer a eliminação dos dados tratados com o seu consentimento;
- vii. Requerer informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais os seus dados foram compartilhados;
- viii. Solicitar informação sobre as consequências de não fornecer o seu consentimento;
- ix. Revogar do consentimento.
- x. Solicitar uma cópia: das categorias e dos dados pessoais específicos que são coletados; das categorias dos dados pessoais coletados; da finalidade da coleta dos dados pessoais; das categorias e dos terceiros específicos com relação aos quais são compartilhados os dados pessoais;
- xi. Opor-se ao tratamento dos dados pessoais;
- xii. Solicitar a revisão de decisões automatizadas, caso, eventualmente, alguma decisão desta natureza seja tomada.

2.2. Sempre que possível, os dados pessoais serão excluídos após o seu tratamento ou serão anonimizados, mediante a utilização de técnicas disponíveis à época.

2.3. É possível a manutenção de certos dados pessoais na base de dados do VDV, caso tal providência mostre-se necessária: (i) ao cumprimento da legislação aplicável; ou (ii) para viabilizar o exercício de direitos do VDV em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

2.4. A solicitação de exclusão ou eliminação dos dados pessoais não garante a remoção completa ou abrangente do conteúdo ou das informações referentes aos dados pessoais, nas hipóteses em que a manutenção dos dados em nossa base de faça necessária ao estrito cumprimento de dever legal.

### **3. Hipóteses de tratamento dos dados pessoais coletados: motivos que justificam o tratamento de dados pessoais**

3.1. Os dados pessoais não serão utilizados sem uma justificativa adequada, prevista em lei, para tal finalidade. Diante disso, somente será realizado o tratamento de seus dados pessoais nas seguintes hipóteses, alternativamente:

- i. Caso tenha sido obtido o consentimento para o tratamento dos dados pessoais;
- ii. Se o tratamento for necessário para executar as obrigações contratuais (contrato de prestação de serviços) assumidas com você ou para adotar diligências pré-contratuais, a seu pedido;
- iii. Caso obrigações legais ou regulatórias demandem o tratamento dos dados pessoais;
- iv. Se o tratamento dos dados pessoais for necessário para fins de atendimento aos interesses legítimos do VDV e desde que, nesta hipótese, não afete indevidamente os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados pessoais. São exemplos de situações que configuram “interesse legítimo” do VDV, as atividades de tratamento de dados realizadas para: (a) operações de prestação de serviços; (b) resposta a solicitações; (c) desenvolvimento da atividade-fim do VDV, dentre outros.
- v. Para fins de gerenciamento de eventos adversos, realização de atividades de prevenção e/ou investigação, cumprimento de formalidades administrativas, registros, declarações ou auditorias;
- vi. Para viabilizar o acesso a plataformas de controle eletrônico;
- vii. Para prestar suporte ao titular dos dados pessoais, dar informações e gerenciar outras reivindicações;
- viii. Recrutamento de novos colaboradores;
- ix. Identificar credenciais de acesso, incluindo senhas, dicas de senha, informações e perguntas de segurança, identificação (ID) registrada perante o ente estatal, número do profissional, dados da carteira de motorista ou do passaporte, dentre outros.
- x. Identificar tendências relacionadas aos serviços prestados, a fim de aprimorar constantemente nossos serviços;
- xi. Para viabilizar pagamentos mediante a verificação de dados financeiros;
- xii. Enviar notícias e informações sobre serviços;
- xiii. Para fins de atendimento a intimações judiciais, administrativas ou arbitrais;
- xiv. Para zelar pela saúde e segurança dos funcionários e instalações do VDV;
- xv. Nos casos em que autorizado pelo titular dos dados pessoais mediante obtenção de consentimento;

- xvi. Realizar a identificação e cadastro dos titulares dos dados pessoais nas bases de dados do VDV, sendo possível a recepção de dados pessoais de perfil do usuário, tais como dados de navegação, de cadastro ou de contato;
  - xvii. Com o intuito de proporcionar informações suficientes ao setor competente para fins de emissão de nota fiscal;
  - xviii. Responder a eventuais consultas feitas pelo titular dos dados pessoais, inclusive sobre pedidos e cancelamentos, se for o caso;
  - xix. Realizar análises, controle de qualidade, pesquisas da eficácia das atividades desenvolvidas pelo VDV;
  - xx. Responder solicitações de autoridades públicas e governamentais, nacionais ou estrangeiras;
  - xxi. Nos casos em que o VDV receber dados pessoais de terceiros, a instituição partirá da premissa de que foi obtida prévia autorização do titular dos dados pessoais, por parte deste terceiro, ou que exista uma base legal hábil a embasar tal compartilhamento;
- 3.2. Caso o Titular dos dados pessoais tenha dúvidas quanto à regularidade do tratamento de seus dados pessoais, poderá entrar em contato direto com o DPO do VDV por meio do endereço eletrônico informado no início desta Política.
- 3.3. Não serão tratados dados pessoais de menores de 12 anos sem o prévio consentimento, específico e em destaque, de seus pais ou responsáveis legais. Nos casos excepcionais em que os dados pessoais forem necessários à prestação de serviços, tendo recebido a solicitação para tanto pelo responsável legal, o VDV entenderá que referido pedido corresponde a uma manifestação inequívoca, específica e destacada de consentimento, sob pena de restar inviabilizada a prestação do serviço.

#### **4. Tipos de dados pessoais que são objeto de tratamento pelo VDV**

- 4.1. De acordo com a legislação de regência e para viabilizar a consecução das atividades descritas em seu objeto social e no seu legítimo interesse, o VDV realiza o tratamento das seguintes categorias de dados pessoais.
- i. Informações financeiras ou de pagamento: dados de contas bancárias, cartões de crédito e/ou débito;
  - ii. Informações cadastrais: nome completo, estado civil, data de nascimento, gênero, documentos de identidade, nome de usuário para login e senha, RG e CPF;
  - iii. Informações trabalhistas e previdenciárias;
  - iv. Informações sensíveis: dados referentes à saúde e etnia;
  - v. Informações comportamentais: logs de acesso, dados sobre cliques e outros dados coletados inclusive por meio de tecnologias;
  - vi. Dados de navegação: informações de registro do servidor, endereço IP (*internet protocol*) do dispositivo, acesso a datas e horários, sistema operacional, tipo de navegador;
  - vii. Dados de cookies: cookies, tags de pixel e outras tecnologias similares;

viii. Dados de contato: endereço cadastrado, e-mail, telefone;

## **5. Métodos de coleta dos dados pessoais**

Os dados tratados pelo VDV podem ser coletados das seguintes formas:

- (i) Fornecimento direto por parte do titular dos dados pessoais;
- (ii) Recebimento dos dados pessoais por parte de terceiros mediante compartilhamento de dados vindo de parceiros ou prestadores de serviços;
- (iii) Coleta de forma automatizada mediante acesso ao nosso sítio eletrônico, incluindo: características do dispositivo utilizado para o acesso, navegador utilizado para o acesso, origem do IP (com data e hora), informações sobre a sua interação em nossa página, informações estas que serão coletadas por meio de cookies.

## **6. Identificação dos indivíduos ou entidades que tem acesso aos dados pessoais e o compartilhamento de dados com terceiros**

- 6.1. O VDV garante que todos que tenham acesso aos dados pessoais sob os seus cuidados se comprometem a manter sigilo absoluto quanto aos mesmos;
- 6.2. O VDV informa que poderá compartilhar dados pessoais com empresas ou instituições parceiras e fornecedores, no desenvolvimento e prestação de serviços, desde que em consonância com os valores do VDV;
- 6.3. O VDV destaca, ainda, que poderá compartilhar os dados pessoais sob sua guarda com autoridades, entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras, ou outros terceiros, para a proteção de seus interesses, nos casos em que existente qualquer tipo de conflito, sejam eles de natureza judicial ou administrativa;
- 6.4. Também é possível o compartilhamento de dados pessoais com terceiros quando tal providência se mostrar necessária para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias;
- 6.5. No caso de operações envolvendo o VDV será possível o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, tomando as medidas necessárias para garantir que os direitos de privacidade continuem a ser protegidos, conforme esta Política;
- 6.6. Os dados pessoais sob guarda do VDV serão compartilhados com terceiros na hipótese em que tal providência se mostre necessária para o atendimento de ordem judicial ou a requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para tal requisição;
- 6.7. Os dados pessoais poderão ser compartilhados com parceiros de marketing, para fins de realização de ações de marketing, desde que existente base legal para tanto e não haja exploração econômica de tais dados;
- 6.8. Não iremos vender, compartilhar ou, por qualquer outra forma onerosa ou dotada de conteúdo econômico, transferir os dados pessoais com terceiros;
- 6.9. No exercício da nossa atividade e para as mesmas finalidades previstas nesta Política, os dados pessoais serão acessados por:
  - 6.9.1. nossos colaboradores (incluindo colaboradores ou departamentos) no exercício de suas funções;

- 6.9.2. nossos fornecedores e prestadores de serviços que nos disponibilizam produtos e serviços;
- 6.9.3. nossos fornecedores de sistemas de tecnologias de informação, prestadores de serviços de nuvem (“cloud”), fornecedores de bases e consultores;
- 6.10. Os agentes acima referidos estão contratualmente obrigados a proteger a confidencialidade e segurança dos dados pessoais e a cumprir o disposto na LGPD.
- 6.11. Os dados pessoais poderão ser tratados, acessados ou armazenados em um país que não seja a sede do VDV, desde que tal país ofereça o mesmo nível de proteção de dados pessoais previsto na legislação brasileira
  - 6.11.1. Em tal hipótese, asseguramos que, no compartilhamento de dados pessoais com empresas ou instituições terceiras localizadas em outras jurisdições: (i) garantiremos a aplicação do nível de proteção exigido pela legislação de proteção/privacidade de dados pessoais aplicável ao VDV; e (ii) garantiremos a atuação em conformidade com as nossas políticas e padrões.

## **7. Da duração no tratamento de dados pessoais: por quanto tempo seus dados serão tratados?**

- 7.1. Todas os agentes referidos possuem obrigação contratual no sentido de proteger a segurança e confidencialidade dos dados pessoais, devendo cumprir integralmente todas as disposições da LGPD.
- 7.2. Os dados pessoais serão retidos pelo VDV durante o período que se mostre necessário para atingir as finalidades e objetivos descritos na presente Política de Privacidade e proteção de dados ou quando houver consentimento específico para tanto, salvo na hipótese em que a legislação aplicável exija ou permita período de retenção mais longo.
- 7.3. O VDV eliminará todos os dados pessoais tratados na hipótese em que se tornarem desnecessários para os fins que justificaram a sua coleta.
- 7.4. Os dados pessoais tratados também serão eliminados mediante expressa solicitação do titular dos referidos dados pessoais, salvo nas situações cuja manutenção é autorizada por Lei, inclusive no que diz respeito à necessidade de cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou, ainda, quando houver necessidade para uso exclusivo pelo VDV, o que abrange sua utilização para o exercício de direitos do VDV em sede de processos judiciais ou administrativos.
- 7.5. Os dados pessoais serão eliminados mediante solicitação expressa, desde que tal solicitação seja aceita, considerando-se as seguintes hipóteses: (i) dados coletados mediante consentimento; (ii) dados considerados excessivos ou desnecessários; (iii) quando o VDV deixar de cumprir as normas previstas na LGPD.

## **8. Medidas adotadas para proteção dos dados pessoais**

- 8.1. O VDV adota medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a proteção aos dados pessoais, observando-se os níveis necessários de segurança e confidencialidade.
- 8.2. A proteção de dados pessoais coletados é realizada em consonância com as melhores práticas de segurança utilizadas pelo mercado, inclusive no que tange à vedação de acesso não autorizado.

- 8.3. Além das medidas de segurança já adotadas, seguimos padrões de conduta que devem ser observadas por nossos colaboradores para garantir maior eficácia à proteção de dados pessoais, a saber:
  - 8.3.1. Utilização das melhores medidas físicas, técnicas e administrativas para reduzir o risco de perda, uso indevido, acesso não autorizado, divulgação ou modificação de seus Dados Pessoais.
  - 8.3.2. utilização de criptografia
  - 8.3.3. restrição de acesso apenas a pessoas autorizadas
  - 8.3.4. controle de acesso identificado
  - 8.3.5. senhas de acesso pessoais e intransmissíveis
  - 8.3.6. atualização periódica das senhas
  - 8.3.7. hospedagem e armazenamento das informações em ambientes seguros
  - 8.3.8. Acesso restrito ao local onde são armazenados os dados pessoais.
  - 8.3.9. Garantia de sigilo por todos que tenham acesso aos dados pessoais
  - 8.3.10. Proibição ao fornecimento da senha de cadastro a terceiros;
  - 8.3.11. Alteração imediata das credenciais de acesso no caso de uso ou suspeita de uso não autorizado;
  - 8.3.12. Utilização do modelo “https:”, evidenciando que a conexão com o site é segura;
- 8.4. Todas as medidas visam preservar a integridade dos dados pessoais contra: (i) acessos não autorizados; (ii) situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão; ou (iii), qualquer outra forma de tratamento ilícito.
- 8.5. O VDV destaca que, ainda que sejam adotados os melhores esforços e tecnologias mais recentes para preservação da privacidade e dos dados pessoais, nenhuma transmissão de informações é segura de forma invulnerável, sendo suscetível, portanto, à ocorrência de falhas técnicas, ataques cibernéticos por meio de vírus, dentre outros. A despeito disso, o VDV preza pela transparência e informará, imediatamente, aos titulares de dados pessoais, caso ocorra qualquer evento desta natureza.
- 9. Da possibilidade de mudança da presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais**
  - 9.1. Quaisquer alterações no tratamento dos dados pessoais coletados ou compartilhados com o VDV serão previamente notificadas mediante aviso eletrônico enviado via e-mail e inserção no sitio eletrônico da instituição.